

Democracia ou Anarquia

Charlotte Wilson

1890

Conteúdo

Democracia ou Anarquia (1890) – Charlotte Wilson

4

– Informações sobre o texto: o curto ensaio “Democracy or Anarchy”, escrito por Charlotte Wilson, teria sido publicado, segundo o site “panarchy”, em 1884. Não obstante, nesse ano só se tem registro de duas publicações da Wilson acerca do anarquismo, realizadas no “*Justice* em novembro de 1884, assinando-se como ‘An English Anarchist’” (QUAIL, 1978). Segundo Nicolas Walter (2000, pp. 19-28), as publicações que se encontram no *Justice* são dois artigos de título “Anarchism” (ambos formam um texto só na verdade, dividido em duas partes). Ainda segundo o livro editado por Walter, o “Democracy or Anarchy” é de 1890 (2000, pp. 66-72). Contudo, tal ensaio não consta como publicação no jornal *Freedom* (editado por Charlotte Wilson). Podemos acrescentar aqui a seguinte informação extraída do centenário da *Freedom*: “Em janeiro de 1889, a *Freedom* foi temporariamente suspensa por causa de sua doença [refere-se a Wilson] e, quando foi retomada em março de 1889, foi editada por James Blackwell com a ajuda de um ‘comitê de trabalhadores’. Ela assumiu novamente em fevereiro de 1891, quando Blackwell saiu”. Portanto, acreditamos que esse ensaio tenha sido escrito durante esse período de reclusão da autora e não em 1884. **Referências:** QUAIL, John. *The Slow Burning Fuse: the lost history of the british anarchists*. London: Granada, 1978; WALTER, Nicolas (Ed.). *Anarchist Essays, by Charlotte Wilson*. London: Freedom Press, 2000.

**Democracia ou Anarquia (1890) –
Charlotte Wilson**

Democracia é a teoria política que supõe que todos os membros de uma comunidade se encontrem iguais em termos iguais, mas que, no entanto, a maioria tem o direito absoluto de dominar a minoria. E vale a pena examinar atentamente o real significado desse curioso non sequitur, que começa com a fórmula da livre associação e termina com a fórmula da autoridade.

De onde a maioria obtém seu direito absoluto? Direito é uma palavra duvidosa que não se pode usar sem explicação; mas suponho que nós entendemos por isso, de maneira geral, uma reivindicação apresentada por membros de uma sociedade e admitida pelo resto, seja porque eles acham que é justa ou porque estão com medo ou relutantes em contestar – uma reivindicação socialmente reconhecida, de fato. Costuma-se dizer que os homens não possuem direitos uns contra os outros, individual e coletivamente, mas, como tais, são capazes de manter por força superior. E acho que, embora essa teoria bárbara e desumana seja perfeitamente falsa em relação a muitos direitos sociais, essa é a explicação universal da aceitação de uma reivindicação para governar. Mas o governo da maioria pode reivindicar seu direito por esses motivos?

Não é uma verdade clara e óbvia que a supremacia em força bruta não repousa de maneira alguma na maioria. A história e a vida cotidiana nos mostram exemplos “espessos como as amoras” de uma minoria enérgica e resoluta derrotando totalmente a maioria nas provas mais desesperadas da força física real, desde os dias em que um punhado de gregos derrotou os poderosos exércitos da Pérsia na planície de Maratona e Horácio e seus dois companheiros mantiveram a ponte do Tibre contra o exército de Lars Porsena. A providência luta do lado do batalhão mais forte, mas de modo algum do lado maior. E isso é ainda mais óbvio quando o concurso é transferido para o campo intelectual.

Não; a história da autoridade consistiu em uma série de regras minoritárias, cada uma das quais existindo em virtude da posse superior da força real da energia vital, de uma forma ou de outra. E onde está a evidência de que a força dominante está prestes a se tornar ou está se tornando o quinhão da maioria? Hoje a maioria mantém a relação que sempre manteve com a minoria energética da população. Ela representa o flagelo morto de uma adesão cega ao hábito e aos costumes, de insensibilidade, embotamento e apatia, de inclinação preguiçosa para evitar toda responsabilidade, toda reforma, todo esclarecimento, de fato, todos partem pelos caminhos mais conhecidos, todos precisam de um esforço inabitual, mesmo em pensamento. Se é para exercer autoridade, ela será exercida apenas pelo peso morto da inércia, a força cega do irracional e da irresponsabilidade estúpida – no sentido, de fato, em que a exerce agora e que sempre exerceu.

Sem dúvida, “o público coletivamente”, como Mill diz, “está abundantemente pronto para impor não apenas suas visões geralmente estreitas de seus próprios interesses, mas também sua opinião abstrata e até seu gosto sobre os indivíduos”. E se este tiver uma maquinaria sob seu comando para fazer isso sem problemas, oprimirá sem piedade. Você acha que a maioria dos cidadãos americanos não estava relutante de que os homens de Chicago ou John Brown deveriam ser enforcados assim como a maioria dos judeus de que Cristo deveria ser crucificado? Você acha que um plebiscito dos cidadãos de Londres, ou os habitantes da Inglaterra, manteriam o direito de se encontrar na Trafalgar Square? Em nome do progresso humano e da iniciativa individual espontânea da qual depende, podemos agradecer às nossas estrelas que a maioria ainda não mostra sinais de adquirir esse direito de governar fundado na força superior. Mas se a teoria da democracia ou o governo da maioria não pode basear-se no apelo à força que tem sido a base de todas as outras decisões soberanas [over-ruling], qual é a sua base? Deveríamos dizer conveniência? Esta é uma primeira aproximação – uma tentativa desajeitada de retornar ao princípio da livre associação, permanecendo dificultada pelas ideias de autoridade ainda atuais na sociedade. Em todas as ocasiões para ação comum, ou onde um entendimento geral é desejável, é preciso ter algum princípio de decisão e o recente desenvolvimento do sentimento social tornou-se um apelo para as antigas espécies de autoridade como moralmente odiosas, conforme isso é intelectualmente desprezível. É uma questão de experiência comum que homens, como ovelhas e todos os outros animais gregários e sociais, possuem uma tendência bastante geral de ir em massas e agir em conjunto, a menos que sejam impedidos por alguma divisão anormal de interesses. Cada um de nós é inclinado por nosso sentimento social a gostar de uma maneira geral de fazer o que o resto gosta. Em noventa e nove casos de cem, onde várias pessoas se reúnem para decidir sobre algum curso de conduta comum, no final, todos chegarão a uma decisão definitiva em favor de uma coisa; porque aqueles que antes estavam dispostos a discordar preferem, no final, agir com a maioria, se o assunto for de importância prática; não porque eles são

forçados a fazê-lo pela maioria soberana [over-ruling], mas porque o maior corpo de opinião tem tanto peso com eles que eles escolhem não agir de maneira contrária.

Todos admitimos esse fato geral. Seria completamente impossível tomar qualquer ação comum, se não fosse assim. Mas a teoria especial da democracia é que a tendência geral da humanidade, que se torna tão aparente sempre que os homens se associam a algo em termos de igualdade econômica, deve ser transformada pelos homens em uma lei arbitrária da conduta humana a ser aplicada não apenas nos noventa e nove casos em que a natureza a aplica, mas pelos métodos arbitrários de coerção no centésimo lugar em que ela não o faz. E pelo bem do centésimo caso, pelo bem de impor essa tendência natural geral onde a natureza não a impõe, os democratas nos manterão em nossa relação política esse princípio fatal da autoridade do homem sobre o homem que tem sido a causa de confusão e desordem, de erro e miséria nas sociedades humanas desde os primórdios da história.

“Os homens não são sociais o suficiente para sobreviver sem isso”, já foi dito. De nossa parte, não sabemos quando eles serão sociais o suficiente para fazer isso. A experiência ainda não revelou o homem em quem poderia seguramente confiar com poder sobre seus companheiros; e o governo da maioria nada mais é na prática do que colocar nas mãos de indivíduos ambiciosos a oportunidade de esmagar seus companheiros pelo peso morto da massa cega da qual falamos.

Biblioteca Anarquista



Charlotte Wilson
Democracia ou Anarquia
1890

Traduzido de: <https://www.panarchy.org/wilson/democracy.html>

bibliotecaanarquista.org